

# LINGUAGEM, REALIDADE E ENSINO DE GEOGRAFIA: LEITURA SPINOZIANA

*LANGUAGE, REALITY AND TEACHING  
GEOGRAPHY: READING SPINOZIAN.*

TULIO BARBOSA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Fundamentamos a relação linguagem e realidade para o ensino de Geografia por meio de uma leitura spinoziana, pois entendemos que é necessária corresponder à ciência geográfica por trazer apontamentos epistemológicos capazes de fomentar a formação crítica dos estudantes. O presente trabalho tem como centralidade a discussão da linguagem como componente explicativo da realidade mediante o pensamento de Baruch (Benedictus) Spinoza (1632-1677); assim, elencamos uma série de argumentos demonstrativos de como a organização das palavras quando não feita de maneira radical imprime uma explicação ideológica da realidade.

**Palavras-chave:** spinozismo; discurso; ensino.

**ABSTRACT:** This article highlights the language with reality aiming to make improvements to the teaching of geography through reading Spinozian, bringing notes epistemological able to promote learning for students with much more critical. This work is essential to the discussion of language as an important explanatory variable of reality by thinking of Baruch (Benedictus) Spinoza (1632-1677), so we selected a number of arguments that demonstrate how the organization of words can explain reality corresponding to truth or be ideologically corrupted.

**Key words:** Spinozism; speech, teaching.

**Resumén:** Trabajamos la relación entre el lenguaje y la realidad para enseñar geografía a través de una lectura spinozista porque creemos que es necesaria la coincidencia ciencia geográfica para llevar notas epistemológicos que favorezcan la formación crítica de los estudiantes. Este trabajo es fundamental para la discusión de la lengua como un elemento explicativo de la realidad a través del pensamiento de Baruch (Benedictus) Spinoza (1632-1677); así, enumeramos una serie de argumentos que demuestran cómo la organización de las palabras cuando no se hizo radicalmente imprimir una explicación ideológica de la realidad.

**Palabras-clave:** spinozismo; discurso; enseñar

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1 H, Sala 1 H 25, Campus Santa Mônica, CEP. 38408-100. Uberlândia (MG). Brasil. Tel./Fax: (+55 34) 32394169 ramal 13. E-mail: tulio@ig.ufu.br

## PRIMEIRAS PALAVRAS

*Para meu irmão José Roberto Nunes de Azevedo.  
Las traslúcidas manos del judío/Labran en la penumbra los cristales/[...]/Libre de la metáfora y del mito/Labra un arduo cristal: el infinito/Mapa de Aquel que es todas sus estrellas.*

Jorge L. Borges

Não se pode compreender uma ciência sem suas categorias e conceitos; assim, as ciências, grosso modo, são esses conceitos e categorias. Deste modo, as ciências cruzam-se para averiguarem conceitos e categorias que não pertencem ao seu corpo científico habitual, pois a realidade é maior que os conceitos. Para a Geografia a delimitação categorial e conceitual permite a compreensão de questões que lhe é própria, porém não única; assim, paisagem, lugar, região, território e espaço compõem a rigidez desta ciência. A Geografia firma-se, portanto, como ciência pela validação cotidiana destas categorias e conceitos, porém se por um passe de mágica esses conceitos desaparecem e as palavras flutuassem pelo mundo com outros significados, quais seriam as consequências para a Geografia? Essa ilustração nos obriga a reflexão para compreendermos o limite da linguagem e da realidade pelo processo histórico na edificação da Geografia Moderna. A suspensão fictícia que apontamos das categorias e conceitos permite a compreensão das palavras como efeitos deliberantes da realidade, ao mesmo tempo em que a realidade é maior que as palavras; assim, a supressão dos conceitos e categorias não interrompe a realidade, mas promove, se fosse o caso, a obrigatoriedade de nova interpretação. Deste modo, essa provocação inicial nos direciona para o entendimento da relação intrínseca entre a realidade e a linguagem na promoção da ciência geográfica sob os auspícios da relação dialética tendo como prática o ensino de Geografia. Assim, o pensamento spinoziano – relacionado à linguagem e a realidade – é a centralidade do trabalho com o qual obtemos elementos epistemológicos para abrangê-la as articulações nutridas pela espacialidade diretiva ao sujeito.

## DAQUILO QUE NÃO MENCIONAMOS

*Ordo et connexio idearum idem est ac ordo et connexio rerum  
SPINOZA, Ética II, Prop. 7*

Afirma o filósofo no segundo livro da sua *Ética* na Proposição sétima “A ordem e a conexão das ideias é a mesma que a ordem e a conexão das coisas”. (SPINOZA, 1999) – tradução nossa. Diante disso, partimos da afirmativa que a identidade das palavras com a realidade consorcia-se pelo significado construído socialmente, ao mesmo tempo em que as palavras explicam ou ocultam aquilo é ou pelo menos deveria ser. A supressão do dito pelo não dito se apoia na lógica construtora da interpretação do que é real; assim, os conceitos e categorias geográficas modelam a compreensão da realidade sob os auspícios da ciência, portanto, não dizer nos moldes canonizados da linguagem geográfica significa não fazer ciência especificamente geográfica. Apenas evidencia-se o dito, logo

o não mencionado é substancializado no sentido daquilo que é apresentado; assim, negar a palavra traduz a complexidade do que deve ser aparente pela imposição das forças dominadoras. As palavras que podem ser mencionadas são, invariavelmente, autorizadas por sujeitos que dominam a política, a moral, a cultura e a economia.

Diante disso, entendemos que os sujeitos dominantes suprimem a liberdade de mencionarmos algumas palavras que possam agredir o *status quo*; assim, a ciência geográfica também compartilha desta imposição e norteia-se pela tentativa constante em não infringir a objetivação da legislação dita e não dita. Neste sentido, é necessário desconstruir o racionalismo na História do Tempo Presente, isso parece uma tolice para os pós-modernos, mas permanecer no devaneio é muita ingenuidade ou mesmo má-fé – no sentido de Sartre. A racionalidade extremada pactuada pelos geógrafos do inventário é na verdade uma simplificação quantitativa; assim, por exemplo, a neogeografia parte de premissas positivistas e estagnam o que não é inerte: o espaço, por meio, do inventário hierarquizado funcionalista. É impossível creditar às simplificações os desmazelos críticos da ciência geográfica, uma vez que compreendemo-las como um projeto mais amplo de negação das arrumações estruturais por opção política e econômica, dentre tais a propriedade privada, o sistema político-eleitoral, o sistema jurídico, a religião, a família e a economia geral.

A racionalidade cartesiana empreendida geograficamente pelas bases positivistas e neopositivistas sistematizou um ordenamento lógico existencial impeditivo para o avanço desregulador da crítica totalizadora, ou seja, o pensamento dialético foi negligenciado e a aparência coincidiu com a essência – apenas inventariaram o mundo. Essa racionalidade desvinculou a Geografia dos seres humanos e suas experiências foram destituídas das necessárias articulações escalares. Historicamente o marco da Geografia Moderna foi justamente a compreensão antropoespacial, imperativamente, nesses idos do século XXI o espaço hierarquizado e funcionalista prevalece. Diante disso, a ontologia é, para além da metafísica, ponto nevrálgico para a retomada dialética das categorias promotoras da Geografia Moderna, isto é, o aparecimento do “Eu” pela crítica na leitura do mundo.

Neste sentido, o dito nas ciências em geral deve ser compreendido como o escrito, como dimensionado pela relação lógica dos fatos e palavras, pois o escrito apresenta os fatos e os ligam as condições possíveis da realidade para serem interpretados. Fundamenta-se a interpretação do escrito pelo aprendido, mas não se trata do aprendido em si, já que o direcionamento educacional e as experiências cotidianas permitem que o escrito se torne origem dos fatos, em outras palavras, conforme Espinosa (1983, 1999) a compreensão da natureza das coisas é que fundamenta a realidade, posteriormente, a nomeação das coisas leva a descrição do mundo e esse será compreendido por essa mediação. Essa mediação é equilibrada sempre por meio de palavras que não desestremem a ordem dominante; assim, na Geografia os conceitos e categorias aprendidos não interferem significativamente no cotidiano, tal como o poema de Drummond (2002, p. 281) a máquina do mundo: “Abriu-se majestosa e circumspecta/ sem emitir um som que fosse impuro/ nem um clarão maior que o tolerável”. O mundo nos é “aberto” sem emitir sons e luzes intoleráveis, já que compreendemos a tolerância das condições materiais e imateriais reforçadas pela leitura que fazemos do mundo por meio da mídia, da família, da religião e do ensino.

Antes de ensinarem as palavras são ensinadas interpretações. O dito passa ser a regra e a omissão das palavras faladas será, posteriormente, fixada pelas palavras escritas, mas antes de tudo a interpretação já está pronta. Interpreta-se pela identidade, pela valoração do que é de fato necessário, interpreta-se pela constipação dos fatos. Não se trata de relativismo, mas como a realidade precisa

ser escrita (por um grupo de pessoas dominantes) e, deste modo, constituir-se ciência, uma vez que na sociedade ocidental capitalista ciência é sinônimo de verdade. As interpretações são, portanto, narrações sobre o mundo e essas compõem a realidade; assim, por meio do ensino formal as ciências, no nosso caso a Geografia, edifica muito mais que conceitos e categorias, pois ergue edifícios de valores e serão compreendidos pela relação processual dos signos e significados da língua.

A composição dos valores passa por aquilo que segundo Barthes (1953) define a língua como *un corps de prescriptions et d'habitudes* que são comuns para os escritores e também são comuns para os leitores em geral – caso não sejam comuns esse corpo de prescrições e hábitos passarão a ser, conforme as palavras forem incorporadas ao cotidiano. Todavia, esse cotidiano que é composto por muitas relações de ordem material e imaterial apresenta-se condensado nas palavras, no vocabulário e na composição linguística, isto é, as palavras fornecem em si e por si a interpretação do mundo, já que a língua, antes de aprendermos a escrita, produz para nós significados. Conforme Bakhtin (2009, p. 117): “[...] A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”. A língua, deste modo, tem o conjunto de palavras a seu serviço, ao mesmo tempo em que aqueles que falam e escrevem precisam de compreensão, do mesmo modo as ciências, logo a produção do conjunto das palavras científicas devem ter uso e esse somente será possível com o domínio da tecnologia dos conceitos e categorias.

Aqui temos um problema grave, pois os conceitos e categorias expressam o momento de uma ciência, isso significa que as composições políticas, sociais, culturais e econômicas estão impregnadas em cada uma das palavras que tem por finalidade serem conceitos ou categorias - o problema é que essas palavras são muitas vezes imortalizadas e carecem de críticas mais profundas, ou mesmo, a anulação destas diante da realidade (BARTHES, 1953). Frisamos ainda a capacidade de suprimir a realidade pela atuação dos conceitos e categorias dogmatizados no cotidiano dos sujeitos e formuladores ideológicos de uma verdade substituta da realidade, tal como a mídia em geral nas guerras empreendidas pelos Estados Unidos no Oriente Médio propagou a ideia de guerra contra o terror, ou seja, trata-se, ideologicamente, de uma guerra justa, quicá santa, pois lutam contra fundamentalistas – aqui se tem mais um conceito que é “autoexplicativo” (MOREIRA, 2006). A linguagem, portanto, conforme Marx e Engels (2007) é a consciência prática, isto é, as palavras compõem cabedais significativos que são explorados pela cotidianidade dos sujeitos. Expresso-me para e sobre o mundo pela minha consciência, pela minha linguagem, pois:

“[...] A linguagem é tão velha quanto a consciência: a linguagem é a consciência prática, a consciência real, que existe também para os outros homens e que, portanto, começa a existir também para mim mesmo [...]”. (MARX & ENGELS, 2007, p. 53).

O movimento do sujeito para o mundo e do mundo para o sujeito é possível pelo entendimento do próprio movimento, ao mesmo tempo em que a compreensão deste movimento espiralado promove a relação dialética entre aquilo que somos, o que deveríamos ser e como construímos a nossa própria compreensão. Tudo isso é movimentado pela efetivação da consciência e a expressão desta se dá pelo nosso deslocamento no mundo, isto é, a interpretação referente ao nosso cotidiano do mundo liga-se a existência que conhecemos e tal manifesta-se pela linguagem, já que a movimentação do sujeito ao mundo (vice-versa) mostra-se nítida ao nomearmos esse sujeito e o mundo e o sujeito conseguir nomear a si e ao mundo, ou seja, fundamenta-se a nomeação como existência real, mas não uma existência despropositada, como se as palavras modulassem as coisas (FOUCAULT, 1999), pois entendemos que se trata do movimento inverso: as coisas se tornam palavras, simulta-

neamente as palavras identificam os objetos no mundo e modulam imagens, isto significa que as imagens são constituídas pelas denominações, posteriormente, são apenas imagens sem maiores reflexões, poderíamos afirmar que incide a aparência sobre a essência e isso inopera a crítica. A relação identitária aparência-essência não pode se modular, não pode executar o movimento de sujeição do conceitual prevalecendo sobre a realidade.

Desta feita, compreendemos o que não mencionamos como aquilo que é implicitamente dito, como se a produção do silêncio fosse “barulhenta”; assim, na ciência geográfica as categorias e conceitos implicam sempre em limites. Daquilo que não mencionamos surge sempre o silêncio, porém ele nunca é inocente ou ingênuo. A ciência geográfica, neste sentido, tem fornecido ao longo dos últimos dois séculos vocabulários que precisam, pelo menos tentam, a realidade, mas também tem se “calado” quanto a tudo àquilo que não “disse”. Parece loucura creditar o silêncio, porém negá-lo é disciplinar a essência coincidida com a aparência. A Geografia não constrói categorias e conceitos que fragilizem sua potência como ciência, muito ao contrário, pois busca definir seus limites pela compreensão do que seja a realidade, o problema é que sempre existirá um limite e não conseguirá alcançar toda a realidade. A limitação da ciência geográfica encontra-se nos limites da própria linguagem, já que algumas coisas podem ser ditas enquanto que outras não. O silêncio é o limite. O ensino de Geografia, portanto, limita o vocabulário àquilo que é válido para compreender {aprender}, ou seja, o que é permitido compreender sobre o mundo; assim, fundamenta-se uma humanidade, pelo ensino de Geografia, vinculada aos valores categóricos e conceituais permitidos. Wittgenstein (2002, p. 115) compreendeu: “[...] Que o mundo é o meu mundo revela-se no facto de os limites da linguagem (da linguagem que apenas eu compreendo) significarem os limites do meu mundo (5.62)”. Neste sentido, compreendemos o mundo pela possibilidade de pensarmos sobre o mesmo por meio da linguagem, todavia: “Os limites da minha linguagem significa os limites de meu mundo (5.6)”. (WITTGENSTEIN, 2002, p. 114). A linguagem, portanto, como consciência prática (MARX & ENGELS, 2007) delimita a compreensão do mundo e até mesmo a ação dos sujeitos sobre o mundo. Não se trata da linguagem determinista, mas processual, como encontro do sujeito e do mundo, como interpretação dialética do sujeito(mundo)-mundo(sujeito) pelo intercâmbio das relações sociais cotidianas, ou seja, as experiências e os modos de vida também colaboram na produção e compreensão da realidade pela linguagem.

Não se trata de uma linguagem metafísica, por isso apoiamos nossos argumentos na relação teórica marxista com Wittgenstein e Espinosa, uma vez que as congruências destes permitem a compreensão da linguagem pela materialidade, ou seja, a compreensão da totalidade da realidade pelos processos históricos notórios pela espacialização das relações de poder e pela manifestação da clausura dos sujeitos pela imobilidade de seus próprios corpos. A linguagem é, neste sentido, constituída por símbolos e esses são produzidos socialmente; assim, a comunicação simbólica efetiva o que se sabe, ou pensa saber, quanto ao mundo. A compreensão do processo comunicativo ocorre pela relação identidade e processualidade, tal relação promove o movimento dialético efetivador das interações sociais. Ao afirmarmos que os corpos são paralisados frisamos a inoperatividade da crítica pela sustentação de ideologias formadoras de um engessamento social por meio do domínio dos meios de produção das condições materiais e imateriais. A linguagem move e o corpo padece. Essa movimentação dos significados atravessa os sujeitos pelas experiências dos mesmos, todavia, o cotidiano é feito para o padecimento do corpo, já que o espírito não mais fala, apenas emite os grunhidos permitidos por aqueles que dominam.

As experiências dos sujeitos são reunidas pelo significado construído socialmente e cultural-

mente – a cultura não existe isolada e nem produzida metafisicamente. A partir da leitura de Espinosa (1983, 1999) empreendemos a construção dos significados pelo engajamento do sujeito pela compreensão de suas próprias experiências; assim, a linguagem precisa ser compreendida não mais pela imposição, como se as palavras fossem imorredouras em seus significados, mas pela efetivação delas no cotidiano dos sujeitos. Espinosa (1983, 1999) na parte II nas proposições 7 e 12 e na parte III da Ética (Et. III) constrói seus argumentos pela inseparabilidade do corpo e da alma; assim, tudo aquilo que é realizado pelo sujeito realiza-se completamente no mundo. A linguagem passa a ser parte desta totalidade e o corpo-alma a expressão da unidade (*Nec corpus mentem ad cogitandum nec mens corpus ad motum neque ad quietem nec ad aliquid (si quid est) aliud determinare potest.* - Et.III, Prop. 2 ESPINOSA, 1999), torna-se obrigatório a abrangência da totalidade pela parte, todavia, não se trata de uma construção cartesiana - *res cogitans* e *res extensa* -, pois apetece a compreensão da linguagem como parte da totalidade, mas não uma parte isolada que responde subordinadamente ao todo, a parte é também o todo e promove a totalidade. A linguagem é a ação do corpo e da alma e essa pode ser demonstrada na projeção para o mundo; assim, esse conjunto indissociável promove o desdobramento daquilo que se deseja tornar público, deste modo, a linguagem vai além da nomeação para efetuar-se como prática, como coisa real. A realidade é a efetivação das palavras na construção da interpretação de mundo, pois as palavras em si não revelam a realidade. A simbiose palavra-mundo é anunciada pela desconfiança de Espinosa; assim, a relação linguagem e realidade demonstram o que pode ser dito (e aparentemente se torna realidade) e do que não pode ser dito (também poderia ser a realidade, se fosse o caso).

A linguagem como valor pelo marxismo de Rossi-Landi (1985)– valor de uso e valor de troca – obriga-nos a questionar a validade da interpretação como componente para a notoriedade da realidade. Em Espinosa (1983, 1999) a interpretação também ganha valores e esses são práticos, pois ao mesmo tempo em que revelam a verdade também assinalam a realidade, já que a verdade parte de nossas considerações no movimento dialético com o mundo. No Tratado da Correção do Intelecto (TCI) (1983a) a persistência da razão e do conhecimento leva o sujeito até a verdade e desta torna-se impossível se distanciar. Os significados dos conceitos, portanto, são inseparáveis da crítica se almejarmos a constituição da realidade explicada pela ciência geográfica, em outras palavras, somente será válida a interpretação da realidade pela constituição da linguagem geográfica se essa exaurir todos os questionamentos e não poupar esforços para a instituição da crítica a si mesma como regra perpétua, como crítica ao seu vocabulário científico.

A linguagem utilizada na ciência geográfica, a partir da compreensão de Espinosa (2009, 1983, 1983a e 1999), deve ser entendida como resultado de processos cumulativos na produção dos significados que são empreendidos imagetivamente. As categorias e conceitos tornam-se imagens promotoras da imaginação e essa se substancializa na linguagem, mas nunca isolada. A linguagem também é perigosa, (ESPINOSA,1983a), já que pode levar ao erro, torna-se fundamental pensar os processos históricos, geográficos, políticos e econômicos que a compõe. O perigo reside na prevalência da ficção sobre a realidade, ou seja, a propagação de fatos e interpretações que fomentem tessituras ideologizadas, porém justificadas por um conjunto de palavras que norteiem a aprovação das coisas como estão e vão.

As palavras prometem algo, a utilização das palavras e a composição da linguagem direcionam suposições e fazem com que o significado das palavras promova a promessa. Na Geografia as categorias e conceitos remetem ao prometido significado por meio do conjunto compreendido; assim, a linguagem promete o entendimento, todavia, o entendimento filia-se aos processos históricos,

geográficos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Em Espinosa (1983a) a promessa das palavras pode ser preocupante, já que as palavras vinculam-se também a imaginação e essa pode variar pelas inverdades, portanto, Espinosa afirma a verdade pela necessidade em compreender a natureza das coisas, deste modo, a palavra não se solta da realidade (TCI – ptos. 88 e 89).

A natureza das coisas e a escolha das palavras para designá-las sofrem pressão das imposições históricas, logo um conceito define-se pela promessa moralizada do tempo presente; assim, tais conceitos espacializam-se nos sujeitos e influenciam na sua interpretação de mundo, são principalmente: propriedade privada, família, religião e Estado, pois surgem como definições que em si revelam suas matrizes e promessas. Bove (1991) aponta em Spinoza o problema da linguagem como questão de poder, pois a linguagem pode ser organizada e combinar “*l’illusion et l’oppression*” na explicação do mundo. Do mesmo modo as categorias e conceitos geográficos são organizados num limite permitido {pela classe dominante}, portanto, os significados das palavras matricialmente trazem ilusões e opressões, ou seja, propriedade privada, família, religião e Estado são as bases significativas e morais da Geografia contemporânea, pois são raros aqueles geógrafos que escolhem as palavras – objetivando a construção categorial e conceitual – para o enfrentamento dos valores mais caros à sociedade ocidental capitalista. A ilusão e a opressão fundem-se nas palavras que servem e autorizam a interpretação do mundo; assim, paisagem, lugar, região, território e lugar não definem a realidade, mas processam como conjunto de significados os quais podem interpretar o mundo dentro dos limites estabelecidos para a ciência no capitalismo.

A partir da Ética de Espinosa fundamentamos nossas afirmações, pois o sujeito especializado tem suas dinâmicas reproduzidas em conformidade à potencialidade da habilidade quanto à linguagem, isto é, sua interpretação depende das condições cotidianas inseridas no corpo e na alma do sujeito especializado, pois o corpo é atingido pelo mundo ao mesmo tempo em que a alma também é e proporciona o movimento organizado para apreciar a ordem do mundo. Um mundo que somente pode ser contido pela racionalidade substancializada por emoções “saudáveis” como o amor. A relação inseparável do corpo e da alma – unidade da espacialização do mundo no sujeito – pelos postulados espinosianos leva-nos ao materialismo e a entender o cotidiano como expressão das relações de produção, das resistências dos trabalhadores e das conformidades burguesas.

As categorias e conceitos da Geografia somente poderão causar efeitos críticos quando ensinados de forma a comover pela razão os sujeitos; assim, espaço, lugar, região, paisagem e território devem ter a subtração da moralidade e da imaginação conservadora burguesa. Opor-se a propriedade privada e ao Estado é tarefa árdua, penosa e impossível, pois a unidade corpo-alma move-se por essa moralidade espacializada. Os valores burgueses impossibilitam a crítica, deste modo, as justificativas pelas moralidades práticas precisam conformar a linguagem para confirmar um modo de vida que opere pela tessitura capitalista, logo, as palavras propriedade privada, família, religião e Estado tornam-se sagradas e não podem ser profanadas, isto é, ninguém pode ousar produzir conjunto de palavras que fomentem a desconstrução da linguagem conceituada e espacializada. Essas quatro palavras mantem a ordem e dificultam mobilizações mais sérias e efetivas daqueles que não são classe dominante. A partir dos meios de produção a religião justifica-os e constrói uma hierarquia social e econômica, a família justifica-as e as mantém pela propriedade privada e o Estado consolida-as, ou ainda, ilustrativamente, podemos inverter os elementos e colocar a propriedade privada como início. Grosso modo: quatro palavras “singelas” dominam o mundo.

A partir de Hervert (2006-7) a linguagem do espinosismo é compreendida também pela intencionalidade, pelo movimento de projeção de um sujeito para o outro, pelo processo histórico e pela potência construtora de significados; assim, propriedade, religião, família e Estado carregam em si promessas de práticas cotidianas e intenções com as quais, a classe dominante, alveja os sujeitos, uma vez que essas palavras são mediadoras dos valores e das práticas cotidianas dos sujeitos. Segundo Hervert (2006-7) em Espinosa a mediação é suprimida pela liberdade, pela constituição de uma “*ontologie de la puissance*” com a qual o movimento do sujeito na projeção para o mundo efetua-se apenas pelo desejo de ser livre. As quatro palavras não poderiam causar efeitos, pois a mediação seria subtraída e a relação humano-humano seria possível no sentido revolucionário – no rompimento do *status quo*. Caso esse rompimento não ocorra continuaremos príncipes sem reinados, como profetizou Fernando Pessoa. O descortinamento das palavras com seus respectivos significados operacionalizam a compreensão da linguagem que mencionamos cotidianamente.

## DO MENCIONADO

*Quicquid in objecto ideae humanam mentem constituentis contingit, id ab humana mente debet percipi sive ejus rei dabitur in mente necessario idea hoc est si objectum ideae humanam mentem constituentis sit corpus, nihil in eo corpore poterit contingere quod a mente non percipiatur.*  
SPINOZA, *Ética II, Prop. 11*

Spinoza (1999) no segundo livro da *Ética* na undécima proposição entendeu que: “Quaisquer que sejam as ideias da alma humana no objeto constituem acontecimentos para serem percebidas necessariamente pela alma humana, isto é, se o objeto da alma humana constitui um corpo, nada poderá tocar o corpo sem a alma humana perceber” (tradução nossa). Deste modo, a compreensão das condições cotidianas pelos enunciados que compõem os discursos revelam normalidades irrefutáveis, ou seja, as ideias sobre o mundo, o objeto mencionado por Spinoza (1999), serão pensadas em conformidade com o que é mencionado e a abrangência da crítica sobre essa dogmatização dos discursos, dos conceitos e das verdades ocorrerá pela compreensão das contingências da alma humana desprendidas da anulação dos valores. O pensar em Spinoza traz à tona a existência que prima por potência e essa se revela pela libertação dos sujeitos; assim, do mencionado deve ser retirado o que é oculto, enfim, os elementos componentes de uma realidade programada e discursiva.

Temos por toda a nossa vida um conjunto de palavras que nos são caras e úteis. Utilizamos um conjunto vocabulário que expressa uma linguagem e que nos torna comunicáveis, em outros termos, a linguagem promove a humanização, já que os valores e sentimentos tidos como válidos são transmitidos. Para Warin (1971) a linguagem quando não anuncia o mundo torna-se degradada, pois não nomeia a realidade e apoiado em crítica a obra de Beckett afirmou: “A linguagem deixou de transfigurar o mundo, de torná-lo inteligível [...]” (p. 35). Spinoza (1999) no escólio da proposição 47 apresentou a necessidade da linguagem exprimir de forma correta o pensamento, para que não existam confusões; assim, o pensamento, a realidade e a linguagem precisam combinar-se para expressar o autêntico, para que não existam dúvidas.

A ciência geográfica precisa construir uma linguagem promotora da compreensão da realidade e da totalidade, com a qual possa demonstrar as relações dialéticas espacializadas e escalarmente articuladas. Neste sentido, Wittgenstein (2002a, p. 259) alertou no parágrafo 116: “Quando os

filósofos usam uma palavra [...] devemos sempre perguntar: na linguagem onde vive, esta palavra é de facto sempre assim usada? Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico ao seu emprego quotidiano”.

Não podem as categorias e conceitos geográficos pairarem no ar, precisa corresponder à realidade, todavia, a interpretação da realidade também é construída, deste modo, a radicalidade necessária consiste na superação da limitação interpretativa da linguagem pela edificação de categorias e conceitos que expressem o cotidiano – essa precisa ser marcada pela dúvida. A construção da linguagem, grosso modo, pressupõe a certeza, portanto, tudo que não é certo, que não pode ser mencionado não tem sentido.

A linguagem é antecedida pela certeza, ou seja, expressamos, seja pela fala ou escrita, as palavras consideradas certas e com as quais compomos a realidade. Primeiro aprendemos a interpretação – a partir das condições socioculturais e político-econômicas – e depois usamos para nos expressar. Deste modo, Wittgenstein (2002a) desejou cravar o mundo nas palavras, substituiu a metafísica pela materialidade, isto significou a construção de uma certeza que não foge da realidade.

A ciência geográfica, com suas categorias e conceitos, se expressa em busca da realidade fomentando a interpretação da mesma e espera com isso que a realidade se torne compreensível, todavia, essa compreensão está num limite construído. Wittgenstein maduro das “Investigações Filosóficas” promoveu a organização do entendimento da linguagem pelo cotidiano e esse reunido na expressão de regras; assim, a linguagem geográfica insere-se num conjunto de regras e sua inquebrável rotina de significados é fortalecida pela constante anunciação de como é o mundo, quando seria extremamente interessante promovermos o “como” deveria ser o mundo.

Diante disso, é fundamental pensarmos os limites da Geografia, limites relacionados a forma e ao conteúdo, à constituição do que define a ciência geográfica e o que limita sua abrangência teórica e prática.

Ao pensarmos na direção forma – conteúdo, partimos do sentido da forma e questionamos onde isso nos leva? Neste sentido, entendemos a forma a partir de três cenários: 1) a forma mostra; 2) a forma oculta e 3) a forma obriga à reflexão. A partir destes cenários, ou situações, a forma, de maneira geral, resulta num direcionamento evocativo de uma lógica com a qual promoverá um sentido e, posteriormente, uma prática que se tornará conteúdo. Portanto, entendemos que a forma é o discurso e esse revela também o conteúdo e pelo discurso geográfico possibilita a criação de uma espacialidade. Pensemos dialeticamente: a forma contorna o conteúdo e o conteúdo apropria-se da forma ora fundando-a ora extinguindo. Ao ser extinta a forma constroem outra forma, já que o mundo nos é revelado pela forma.

A forma mostra, mas pode ou não revelar, apresenta os contornos e o que aparenta, para Kosik (1976) a forma é perigosa ao ser dogmatizada, já que o concreto apresentado pode ser na verdade um falso concreto. Também a forma ao mostrar evidencia sem esforço para nós o que já é conhecido. E o que conhecemos? Conhecemos a relação forma e função, pois a forma em si e por si é apenas a forma; assim, ao desenharmos no papel quatro retas do mesmo tamanho e cada uma dessas ligada a outras duas, sem repetição, teremos uma figura geométrica que nos diz – apenas nos informa: sou um desenho geométrico. Conhecemos o quadrado e qual a função do quadrado? Como o quadrado em si e por si nos informa suas funções? Não seria o quadrado consequência de nossas observações e de nossas necessidades na edificação da civilização material? Assim, entendemos que a forma revela aquilo que conhecemos, mas sempre conhecemos em função de uso e/ou especificidade.

Pensar o espaço pela geográfica a partir da forma leva-nos sempre pensarmos a forma pela funcionalidade da mesma; assim, um quadrado é apenas um quadrado, uma forma, caso não associemos o mesmo com uma especificidade funcional. A forma, portanto, é o discurso – dizer algo a partir da forma significa que a mesma precisa ter função. A forma mostra a função ao entendermos que a mesma nos revela o conhecido, revelação proveniente da constituição discursiva.

A forma também oculta. A forma leva-nos do conhecido para o impensado, isto é, o mapa do mundo que vejo tem ao centro a Europa, num primeiro momento isto nada revela, pois olhamos o mapa e sabemos perfeitamente o que é a Europa, esse conhecimento oculta a intencionalidade da forma: a Europa ao centro constrói um sentido, uma lógica de dominação ocultada pelo fato de conhecermos o mapa do mundo e nada ali, aparentemente, ser novidade, quando na verdade a intenção do mapa é apresentar a geopolítica e o papel de periferia do Brasil pela concepção dos países dominantes. A forma conhecida impede o avanço ao questionamento.

Ao apresentarmos o limite da Geografia pela forma que se “auto-revela” e que nos mutila objetivamos significar o sentido da interpretação do discurso formador da espacialidade e questionarmos a realidade pelos axiomas científicos. Até que ponto a Geografia questiona ou é vítima de suas formas?

A forma para ser aceita e minimamente compreendida pelos geógrafos (e pelos sujeitos em geral) tem que apresentar elementos herdados da sociedade na qual os sujeitos vivem; assim, a identidade e a representação do objeto são fundamentais para a aceitação da forma, isto é, o objeto tem sua compreensão herdada dos pressupostos definidores dos contornos da forma; assim, a identidade e a representação ligam-se a funcionalidade e a estética. Destacamos a função e a estética como herdeiras do processo histórico e como herdadas influenciam diretamente a constituição de coordenadas culturais, sociais, econômicas e geográficas. Coordenadas indispensáveis para a aceitação da forma, pois a forma precisa ser manipulada e/ou construída pela exatidão dos pontos coordenados. A coordenação destes pontos fundamenta a espacialidade e arbitram formas que demonstrarão -não como consequências- a exatidão da constituição ontológica dos sujeitos e como os mesmos devem, obrigatoriamente, se comportarem.

A objetividade da ciência geográfica é demonstrada pela coordenação dos parâmetros de uma cientificidade construída a partir de postulados investigativos e definidores do que seja a realidade, investigação atrelada à necessidade de ordem, desta maneira, o ordenamento espacial é a forma visível das intencionalidades daqueles que promovem a submissão da humanidade às coordenadas impositivas. Como resultado a forma vai além dos objetos, já que a forma precisa ser compreendida como o próprio espaço. Neste sentido, a forma revela e oculta, ao mesmo tempo em que obrigada, aos mais atentos, a reflexão.

*A forma é o discurso.* A constituição discursiva promove o sentido; assim, o sentido revela o conteúdo que precisa ser compreendido também como criador de espacialidade. O conteúdo não é o ponto máximo, mas um ponto coordenado e manipulado que precisa de reflexão. O conteúdo deixa nítida a intenção a partir da forma. Neste conjunto, o conteúdo é, de fato, a práxis. A compreensão do conteúdo passa pela definição do mesmo, já que o mesmo permite a revelação de quatro pontos: 1) o conteúdo é; 2) o conteúdo aparenta ser; 3) o conteúdo poderá ser e 4) o conteúdo nunca será. O conteúdo, portanto, é revelado no cotidiano e pela pontuação coordenada deste cotidiano, pelo qual e com o qual se cria espacialidade.

Neste sentido, reafirmamos que *o discurso é a forma e o conteúdo é a práxis*. Se coincidissem a forma e práxis, não poderia existir a ação. A forma contorna e não se move, o movimento ocorre a partir do conteúdo, pela ação cotidiana, todavia, tal ação não significa liberdade ou aprisionamento, são ações consequentes dos pontos coordenados. O que determinará a definição e resultado das ações são os postulados das formas. A forma corrige e faz o sujeito agir, o conteúdo espalha o sujeito até os limites coordenados socialmente e construídos historicamente. O “espalhamento” do sujeito é a anulação de sua auto-reflexão, como apontou Rösen (2010). Espalhar significa lançar o sujeito ao mundo dentro de um limite; assim, o conteúdo não é a liberdade, mas apenas o conteúdo, pois a liberdade ainda precisa ser construída. Diante disso, opomo-nos a Hegel (1997) quanto a ligação das determinações do Estado e da civilização para a liberdade.

Para que isso fique nítido partamos das palavras essência e aparência as quais foram construídas (forma e conteúdo) sob a coordenação de um sentido fragmentado em que a primeira se tornou superior a segunda, todavia na sociedade ocidental capitalista a forma da aparência é o conteúdo da existência, ou seja, a manipulação de um valor moral é cotidianamente subtraído por um valor imoral, mesmo a essência superando moralmente a aparência, prevalece a aparência como constituição ontológica dos sujeitos. Muitos afirmam a essência como valor moral, poucos praticam essa moralidade, mesmo muitos afirmando que a essência supera a aparência. Entendemos que a justificativa da forma e do conteúdo, nesta cilada moral, é o encantamento necessário para que a sociedade não tenha sua máscara retirada e, desta forma, revele as iniquidades de sua existência. Essa cilada moral é o fundamento da vitalidade da sociedade ocidental capitalista, pois a relação essência e aparência não revelam as contradições, mas um caminho que deveria ser seguido: o caminho da reflexão, porém na sociedade capitalista a aparência é a regra máxima e o conteúdo revela-se sem contradição.

Diante disso, é fundamental pensarmos a Geografia a partir da relação forma (discurso) e conteúdo (práxis) é importante para buscarmos elementos que permitam a compreensão dos limites da Geografia, limites que impedem a superação dos dogmas científicos e pessoais. A construção de um discurso científico é a edificação de uma forma estruturada e, portanto, sistematizada por pontos coordenados por uma práxis específica de dado grupo dominante (seja domínio econômico, cultural ou outros) que resulta no estabelecimento de uma espacialidade; assim, tal relação promove a ontologia do sujeito através de uma verdade coordenada, espacializada e limitada escalarmente. Por fim, este caminho produz uma lógica geográfica que tem o pensamento estruturado e apto para interpretar o mundo a partir de uma relação matricial. Talvez, essa relação matricial tenha produzido o engessamento e a ausência de liberdade para ir além dos conceitos e categorias clássicas da Geografia.

Assim, entendemos a normatização da lógica geográfica como ponto limítrofe do questionamento geográfico. Se por anos alguns geógrafos comemoraram a crise da Geografia (GONÇALVES, 1978), por anos perpetuaram a matriz normativa, já que a crise foi apenas um ponto coordenado dentro da ciência geográfica e não derrubou nada que não fosse para ser derrubado conforme a direção normativa de uma elite econômica. A forma ainda é a mesma.

Há um limite para a ciência geográfica. Limite que impede o avanço de críticas profundas às condições edificantes e estruturantes da sociedade ocidental capitalista. Existe uma espécie de licença para que a Geografia realize suas críticas, licença que também aponta como e o que pode ser criticado, deste modo, se tem a constituição de um discurso reflexivo sobre alguns pontos, porém não causa efeito imediato, talvez, nem em longo prazo; assim, o dito é apenas uma parcela do não dito.

É fundamental a partir deste ponto retomarmos Spinoza (1999) e centramos nas suas convicções diretivas do pensamento, já que sua longevidade filosófica é nutrida pela capacidade em distinguir os elementos promovedores de uma lógica de ação, ou seja, o homem é a prática e não uma essência destituída de relação material: “*Ad essentiam hominis non pertinet esse substantiae sive substantia formam hominis non constituit*”. “A essência do homem não pertence ao ser da substância, isto é, não é uma substância o que o constitui a forma do homem”. (tradução nossa). (SPINOZA, 1999, ET, 2, Prop. XI). Assim, a essência do homem não é uma substância definidora da forma, mas a forma faz-se pela práxis, pela ação cotidiana, deste modo, o discurso é fundamental para a constituição normativa de como e o que se pode mencionar; assim, a lição do filósofo para a Geografia centra-se na capacidade reflexiva do que é o sujeito geográfico e quais seus limites. Limites compreendidos pelas relações materiais promovedoras de latências que se expandem à medida das necessidades, ou seja, faremos a crítica quando soubermos criticarmos, porém somente saberemos quando definirmos a crítica por ela mesma por meio de suas necessidades e operações que não se restringem ao isolamento dos objetos, em outros termos, as relações discursivas existem na e pela matéria. Não se pode acreditar em palavras ao vento, pois somente é possível definir o existente, todavia, esse não pode ser o limite, o discurso precisa promover o além da existência, foi isso que Hegel e Marx buscaram nas suas concepções de história, óbvio, que Marx foi além por fornecer ao sujeito as críticas práticas de uma nova história.

A realidade, deste modo, somente poderá ser interpretada por ela mesma, não se podem criar ilusões, nem fundamentar os discursos por bases pós-modernas que vislumbram a opacidade da realidade, pois ela é incapaz de se esconder ou de ser camuflada, já que a realidade é – no sentido de ser ela mesma – e o distanciamento da mesma deve-se a não totalidade reflexiva, uma vez que a compreensão da totalidade precisa ter como centralidade a minuciosidade das definições e sua correspondência com o cotidiano do sujeito. O relativismo da realidade é um impeditivo crítico que inopera a reflexão sobre o mundo, deste modo, o mencionado quando não pensado produz uma realidade inópia de si, isto é, o mencionado precisa traduzir-se não como coisa em si, mas como elemento definidor de mundo, portanto, como coisa para além de si. Afeta-se o sujeito da realidade como totalidade direcionando-o por um caminho lacônico, caminho enveredado pela concisão do dito e por isso mesmo limitado pelo próprio.

Spinoza (1999) acrescenta a essa discussão a distinção entre a pureza constituinte do sujeito e a desoneração da forma, como se a forma trouxesse a complicação suficiente e ao mesmo tempo ampla para pensar as relações ontológicas e projetivas no e para o mundo. Spinoza (1999) atraiu sobre si todo o peso da punição do dito, oferece-se como propagador das verdades engendradas nas comissões casuais das verdades humanas para alcançar a lógica sistemática, mas não se trata de uma sistematização pura e definitiva, impõem-se como uma lógica que precisa ser revelada. Neste sentido, não desejamos distanciar o pensamento de Spinoza de Frege (1978), pois entendemos que existem aproximações e essas são necessárias para a constituição lógica da verdade, não como edificação conceitual que independe das experiências, mas como conceito que se categoriza pelas experiências dos sujeitos, isto é, o movimento cotidiano leva o sujeito a compreender-se pela materialidade articulada escalarmente nas relações espaciais; assim, aparta-se a lógica metafísica da positivista e o conceito se extingue quando não corresponde a totalidade, já que não basta uma cadeia de eventos, mas, sobretudo, a organização destes como impactantes aos sujeitos, deste modo, a lógica do discurso em Spinoza (1999) evidencia a verdade, sem promovê-la à minuciosidade do conceito, pois para ele as coisas existem e essa existência é que traz a revelação da verdade.

Frege (1978) preocupa-se com os conceitos e sua exata delimitação, como em Wittgenstein (2002), define o que deve ser procurado no mundo. A aproximação com Spinoza está na busca pelo conhecimento do mundo por meio da comprovação do existente e em Frege (1978) a existência confirma-se pela obrigatória relação científica do que existe com o conceito-objeto, pois as palavras revelam o mundo e o organizam conceitualmente.

A contribuição que temos se faz por meio do materialismo ao incidir a realidade na linguagem sem corrompê-la, sem procurar criar palavras que estão distantes dos acontecimentos cotidianos; assim, a existência é o ponto crucial e as lições de Wittgenstein e Spinoza leva-nos a espacialização da verdade e da realidade, isto é, a comprovação do que existe somente é possível pelas nossas experiências cotidianas, todavia, não se trata de individualismo relativista, promovido pelos ingênuos pós-modernos, referimo-nos as condições de vida e suas limitações impostas pelo modo de produção capitalista. Se nossa linguagem é nosso mundo, isso somente é possível pela composição do “nosso” mundo material, pela espacialidade de nossa existência. As verdades não são reveladas, mas são precisas na constituição do sujeito, em outros termos, ontologiza-se espacialmente. Pensamos, portanto, como vivemos, expressamo-nos e compreendemos o mundo por essa relação.

Diante disso, a linguagem e a realidade não podem se distanciar, todavia, o distanciamento ocorre pela negação da existência do conjunto cotidiano espacializado, esse processo é constituído pela ideologia, no sentido marxista, cujo atrapalha a experiência do sujeito pela conexão irreal do dito e do não dito. Assim, o que pode ser mencionado não é o que deve ser para o bem de todos, existem limites de fala, de conceitos e de categorias que oprimem a verdade e operam para o bem de uma elite que mantém o que é permitido. Faz-se urgente um caminho que nutra elementos críticos para esse conjunto de ditos, apavorando-o no sentido de reconstruir verdades inabaláveis pelo mencionado, abalando-as para que o não mencionado se frutifique sobre valores edificadores de justiça, igualdade, solidariedade e liberdade. Neste sentido, entendemos que esse caminho parte da educação, na nossa especificidade pelo ensino de Geografia, o qual deve ser compreendido para além das paralisações conceituais por meio do próprio movimento da realidade que existe e é nutrido pelo cotidiano e por qual promove nossa existência, logo as nossas experiências são validadas pelas possíveis explicações que damos, ou nos ofertam, sobre nossas vidas – explicações edificadas (e edificadoras) por uma linguagem direcionadora para uma verdade. Questionar a constituição dessas edificações é fundamental para a compreensão da realidade.

## **ENSINO DE GEOGRAFIA ENTRE O DITO, NÃO DITO E O MALDITO.**

Existe um conjunto de palavras que delimitam e definem a Geografia, desta forma, a composição científica obriga-nos a pensarmos a Geografia a partir de pontos limitantes e suas definições encorajam os postulados que são dogmatizados para que tal ciência exista. Grosso modo, entendemos a validade da ciência geográfica na sociedade atual pela necessidade operativa das demarcações institucionais, burocráticas e elitistas, pois a Geografia ensinada na academia e na escola não vai além das permissões do Estado – organizado pelos interesses das elites econômicas e políticas. Esse “ir” precisa ser compreendido como direcionador de limites, ou seja, o ensino de Geografia, via Parâmetros Curriculares Nacionais e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fixa para os professores e estudantes conteúdos supostamente reveladores da verdade e da realidade, pois os conteúdos apontam o que é o mundo, designando funções para cada relato espacial, territorial e paisagístico. Assim, os conceitos e categorias geográficas fazem avançar a realidade inerente aos mes-

mos. Deste modo, compreendemos os conceitos e categorias como abstrações objetivadas, todavia, tais abstrações são, antes de tudo, constituídas pelas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, históricas e geográficas, ou seja, as abstrações não são mônadas, pois são construções sociais. Firma-se, portanto, a inseparabilidade dos conceitos e categorias às condições materiais veiculadas pelo modo e pela organização produtiva, isto é, a realidade interpretada é nutrida pelo aparato da linguagem. As formulações das certezas e dos questionamentos são transmitidos pelo ensino de Geografia nas suas limitações institucionais; assim, o limite da compreensão do mundo é amparado pelo limite do nosso mundo. Soa estranho, porém entendemos e afirmamos que a Geografia ensinada não se interessa pelo mundo, ou seja, reproduz as condições permitidas e obrigatórias oriundas dos projetos de Estado e da elite econômica e política, em outros termos, o mundo do ensino de Geografia é o mundo do que pode ser dito e com isso se revela como maldito.

Na *Ética* seu autor, Spinoza (1999), traduz o mundo pela relação indissociável do sujeito com a verdade pela natureza das coisas, fomentou a radicalidade na precisão da linguagem, todavia, não se trata de uma linguagem acidental, sobretudo, intencional, mas uma linguagem forjada para dizer exatamente o que tem que ser revelado. O ponto central é como ela é construída para justificar o que é mencionado. Na sua obra inacabada *Tractatus de Intellectus Emendatione* (parágrafo 58-59) (2009) sublinha a necessidade em buscarmos a realidade pelo cessar das forjas ficcionais, pois a realidade conhecida não aventura o sujeito até o mundo da ficção; assim, esse ponto fundamenta aquilo que elencamos até aqui para o ensino de Geografia: a realidade se faz na totalidade e a radicalidade consiste na verificação do que é exprimível, da forma expressa e manifesta. Não é possível ensinar Geografia pelos postulados institucionais, pois o mundo é a expressão das relações escalares que se articulam continuamente e essa dialética se torna potência {influenciado pelo *Conatus*, mas sem sê-lo} – é a força para o sujeito desejar ir além de si e do “seu mundo” por meio do entendimento de seu cotidiano e experiências - da verificação. A potência expressa-se na continuidade da verdade, na substituição da ficção pela realidade, ou seja, o mundo precisa trazer a potência para o sujeito, como isso não é revelado de imediato, aparência e essência não coincidem, o ensino precisa promover a provocação daquilo que é dito e do não dito.

Desta forma, os conceitos e categorias vão além das palavras, de suas definições e dogmas, uma vez que a linguagem atrelada ao ficcional reforça os aspectos ideológicos do ensino, por isso consideramos a ideia spinoziana da natureza das coisas como atributo da potência, como fundamento para ensinar Geografia e isso leva, inevitavelmente, ao questionamento de coisas que nunca são mencionadas ou quando são edificam mais ficção que realidade como o Estado, propriedade privada e os meios de produção. Ao refletirmos como esses três elementos são direcionados nas publicações institucionais, na legislação educacional, nos pareceres dos conselhos educacionais, nos livros didáticos e pelos teóricos do ensino de Geografia verificamos que as novidades para os estudantes são nulas e o quadro de ensino não terá desconfortos quanto ao que não deve ser mencionado; assim, priorizam conceitos e categorias que expressam um mundo descompassado das experiências dos sujeitos pobres em todo o mundo, ou seja, as teorias geográficas explicam o mundo, todavia, é um mundo desalmado, sem seres humanos, sem cotidianos, sem experiências de vidas, isto é, o conceito substitui a realidade.

Moreira (1987 e 2004) teceu sérias críticas aos conceitos e categorias geográficas nas formulações práticas dos mesmos, isto é, essas teorias encobrem a realidade quando são atreladas as necessidades de uma classe dominante. Assim, o imbróglie teórico não subtrai aquilo que precisa ser

ensinado, porém substitui a verdade por uma ficção. A realidade é mais áspera e dura do que está nos livros didáticos, por exemplo, já que esses manuais escolares edificam a realidade pela necessidade do Estado e das classes dominantes, promovem a verdade por discursos, conceitos, categorias e teorias engessadas às ideologias materializadas no cotidiano impotente dos trabalhadores e dos pobres em geral. Impotência cantada em prosa e verso por uma educação geográfica que anula o sujeito diante da liberdade, pois o mundo apresentado é aquilo e ponto final. O sujeito com a potência latente precisa desviar daquilo que é imaginário e conduzido, mas somente entenderá e terá necessidade deste desvio ao indagar sobre sua própria condição social, política, econômica, geográfica e histórica. Aliás, tais questionamentos não são prioridades nos documentos oficiais organizadores do ensino de Geografia, ou seja, a realidade questionada não parte das condições e experiências do sujeito.

Diante disso, retomamos Spinoza (2009) nos parágrafos 88-90 do *Tractatus de Intellectus Emendatione* o qual questiona a validade das palavras, obviamente que uma leitura rápida traz equívocos quanto a isso, pois nestes parágrafos para o filósofo as palavras trazem confusões e suas formulações são realizadas de maneira não precisa a critério do vulgo; assim, a vulgaridade das palavras soa como imprecisão, porém aqui temos um ponto importantíssimo para o ensino de Geografia: não se pode criar palavras para explicar a realidade. Os conceitos e categorias não explicitam a realidade, são intermediários na concepção de mundo, mas não são a realidade. Não se pode criar palavras, pois as palavras vulgarizam a natureza das coisas que somente são explicadas pelo cotidiano do sujeito, o mundo precisa ser dito. As palavras, portanto, para Spinoza (1999), são como se fossem “naturais”, pois são manifestadas pelos costumes, porém a crítica, assim interpretamos, deste ao arbítrio das formulações das palavras encontra-se na supressão da deificação das mesmas, isto é, palavras são apenas palavras e aqui frisamos a tentativa constante do Estado e das classes dominantes em ter nas palavras subsídios ideológicos. A crítica a vulgaridade das formulações das palavras insere como obrigatoriedade a liberdade para pensarmos sobre as mesmas.

Ao entendermos que não se pode criar palavras para o ensino de Geografia apropriamo-nos dos postulados spinozianos e retomamos afirmação que a forma é o discurso e o conteúdo é a práxis. Não criar palavras significadas não conceber material ficcional sobre a realidade, ou seja, as propagações de novos conceitos e categorias via neologismos acarretam sérios prejuízos para a compreensão da totalidade; assim, o ensino de Geografia, se não decifrar o mundo como é, fará mais poesia do que ciência ao buscar invencionices. Assim, a forma é o discurso, isto é, a espacialidade demonstrada como é pela relação aparência-essência por intermédio de uma linguagem que promova a natureza das coisas, a radicalidade dos fatos, sem operações discursivas subtraidoras da forma, isto é, a confirmação que a espacialidade se materializa no sujeito.

Pelo discurso reconhecemos a forma ao mesmo tempo em que a forma nos promove o discurso, trata-se da promoção da realidade pela compreensão das causas determinadas e determinantes nas formulações dos conteúdos de ensino de Geografia; assim, como exemplo o conceito de migração o qual revelará a realidade ao demonstrar as formas espacializadas nos sujeitos por meio do discurso que não subtrai as dores, os medos, as angústias, as explorações que sofrem os trabalhadores migrantes, uma vez que o conceito em si e por si torna a migração algo simples e pode ser confundido com “turismo”. A forma sendo o discurso (e vice-versa) nutre os fatos e esses demonstram os conteúdos dessas relações espacializadas os quais alcançam os sujeitos fomentando práticas cotidianas com as quais a compreensão do mundo deve partir justamente daquilo que era ignorado pela procedência do não dito.

Ignoram, os estudantes de Geografia, apenas aquilo que não podem pensar, porém podem pensar tudo desde que a correspondência realidade e linguagem permitam a edificação de críticas constituídas pelas experiências desses sujeitos. O conteúdo, deste modo, será, efetivamente, a práxis e como tal ação destituía o aprisionamento da obrigatoriedade em ter a conformação das categorias e conceitos como apriorismos. Não se trata de anarquismo teórico direcionado por Feyerabend (1977), uma vez que almejamos a consideração pela realidade espacializada nos sujeitos e não um conjunto de discursos mantenedores do status quo.

O ensino de Geografia precisa abranger a construção do sujeito como potência, como capacidade crítica para projetar-se no mundo com valores e ações edificadores para uma sociedade melhor, ou seja, a linguagem geográfica utilizada no ensino assinalada por Spinoza compõe o espírito humano no direcionamento para a liberdade. Não se podem criar palavras, como explicitamos anteriormente, neste sentido: palavras que expliquem a realidade sem ter o sujeito nela, palavras que retiram os estudantes de Geografia da sua condição de sujeito socioespacial e os apresentam um mundo que não lhes pertence. Neste sentido, Nogueira (1977, p. 51) assinalou esses elementos quanto à compreensão da atitude de Spinoza para a vida:

“Essa atitude [...] resume-se em liberdade interior e conhecimento [...] Essa liberdade [...] só é alcançada quando o homem vive dirigido pela razão e não pelo temor da morte, isto é, deseja agir, viver e conservar o seu ser, de acordo com o princípio da utilidade própria”.

A utilidade própria não é egoísmo ou individualidade em Spinoza, visto que toda sua filosofia tem como centralidade a superação do homem pela compreensão do mundo o qual precisa refletir os mais augustos e sublimes valores. Assim, a liberdade que pode ser ensinada pela utilidade própria em consórcio com a Geografia deve ser ampla e não compor a verdade deificada pelo individualismo e consumismo. A atitude própria do sujeito, nesse ensino, é sua ampliação nas articulações espaciais para a crítica inserida nos seus elementos vividos no cotidiano. A utilidade própria será o coletivo na perspectiva spinoziana com a anulação dos valores errôneos que tornam os sujeitos reféns do modo de produção. Reféns de uma linguagem com conceitos e categorias que apartam homens e mulheres da explicação de suas próprias vidas, como se o ensino destituísse a realidade. A linguagem precisa partir do cotidiano, das relações vividas, precisa o ensino de Geografia constituir-se como correspondência prática com o vivido dos estudantes. Spinoza em toda sua *Ética* define a verdade como correspondência do que se pensa com que se vive, também fundamenta a verdade como correspondência do que de fato é com o vivido, ou seja, não pode deixar dúvidas, as questões precisam de radicalidade para ser compreendidas e a Geografia, enquanto disciplina escolar, tem tido correspondências sobre a realidade com o Estado brasileiro, maior comprador de livro didático do mundo, com as editoras e as publicações institucionais. A radicalidade do pensar, pelo ensino de Geografia, precisa atrelar-se ao domínio da linguagem, como a realidade foi construída e “contada” hoje e para a posteridade. Spinoza leva-nos até o caminho da crítica e do nosso compromisso em fazê-la edificando outros mundos e esse é o caminho da radicalidade necessária para a Geografia, caso se comprometa com um mundo melhor.

## ALGUMAS PALAVRAS QUASE FINAIS

Essa é uma discussão que tem ainda muitos caminhos para serem observados, percorridos e cartografados, tais caminhos sempre terão como veículo de locomoção Spinoza, pois entendemos que o pensamento spinoziano nos traz elementos mais do que suficientes para desacordarmos com as negatividades espacializadas. Assim, concluímos que a Geografia lida por meio do pensamento spinoziano avança a construção de um novo mundo iniciado na educação geográfica, por isso insistimos na correspondência da linguagem com a realidade, por tratar-se de coerência junto ao possível, isto é, por permitir a constituição crítica do sujeito pela interpretação de sua própria necessidade em ser livre, aliás, a liberdade não estaria como possibilidade e sim como necessidade. As potências demonstradas por Spinoza refletem a urgência em destruímos os impedimentos sentimentais, intelectuais e burocráticos, ou seja, transmite-nos a coragem para elevarmos a radicalidade como presença ontológica e, posteriormente, para construirmos uma gnosiologia comprometida com a realidade e que será possível ter sua divulgação através da linguagem correspondente à realidade pelo ensino de Geografia. Diante disso, entendemos que o mundo é o que é, mas não precisa permanecer como é, pois precisamos forjar uma nova realidade, não com a pura e simples confecção de palavras, conceitos e categorias, sim com o atrelamento da realidade à linguagem sem poupar explicações e culpados; assim, encontraremos sentido prático na afirmação de Drummond em seu poema Nascer de Novo: “O real veste nova realidade,/a linguagem encontra seu motivo/até mesmo nos lances do silêncio”.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M.. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BARTHES, R. **Le degré zéro de l'écriture**. Paris : Seuil, 1953.
- BOVE, L. La théorie du langage chez Spinoza. **L'Enseignement philosophique** n° 4 de mars-avril 1991. s/p. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/spinoza/bove.htm#r1>
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 2412
- FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo : Cultrix : EDUSP, 1978.
- GONÇALVES, C. W. P. A Geografia está em crise. Viva a Geografia. In: **Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos**. Fortaleza, Ceará, 1978.
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HERVERT, C. Langage et pouvoir dans le Traité Politique de Spinoza. **Philonsorbonne**, n° 1, 2006-7, p. 49-63. Disponível em: <http://edph.univ-paris1.fr/phs1/hervet.pdf>
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, D. J. Mídia, fundamentalismo e terror: A lógica da barbárie. **UNIrevista**. v. 1, n. 3, 2006. p. 1-10. Disponível em: [http://www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_Moreira.pdf](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Moreira.pdf).

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral**. Para a crítica da geografia que se ensina 1. Niterói, 2004.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso** (para a crítica que se ensina). Rio de Janeiro: 1987.

NOGUEIRA, A. **O método racionalista histórico em Spinoza**. São Paulo: Mestre Jou, 1976.

ROSSI-LANDI, F. **A linguagem como trabalho e como mercado**: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas. São Paulo: Difel, 1985.

RÜSEN, J. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2010..

SPINOZA {ESPINOSA}, B. – **Ethica Ordine Geometrico demonstrata**. Ed. Bilíngue – Latim e Francês. Paris: Éditions Du Seuil, 1999.

SPINOZA. B. **Oeuvres complètes**. Premiers écrits. Paris: PUF, 2009.

WARIN, F. O império das palavras. In: **Discurso**. v. 1, n. 2, 1971. Disponível em: <http://revistas.usp.br/discurso/issue/view/3130>

WITTGENSTEIN, L. **Tratado lógico-filosófico. Investigações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.